



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/da-logosfera-a-biosfera>

Da logosfera à biosfera: o preservar das línguas de Abya Yala e suas epistemologias

Gabriel D. Gruber[1]

RESUMO: Qual a relação entre as línguas ameaçadas de extinção e as explorações múltiplas da natureza? O presente artigo propõe turvar os limites estabelecidos dos conceitos hegemônicos de língua e linguagem ao explorar as pressões ideológicas que fundiram um descritivismo e um prescritivismo com intenções de dominação local e global na geopolítica predatória que vem dizimando as nações indígenas. Tomando a indissociabilidade dos tratos da logosfera para os resultados na biosfera, são debatidos temas como a instrumentalização da ciência linguística ocidental, a intensa coisificação do cosmos, e os engaiolamentos impostos às línguas endêmicas de Abya Yala. Em conjunto, também é debatido modos de preservação das epistemologias originárias de suas linguagens, vias possíveis para a ciência reencontrar a reverência e sacralidade da vida com os povos de Abya Yala, e um cessar da glotofagia colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas ameaçadas. Logosfera. Glotofagia. Abya Yala. Línguas indígenas.

Desde la logosfera a la biosfera: la preservación de las lenguas de Abya Yala y sus epistemologías.

RESUMEN: ¿Cuál es la relación entre las lenguas en peligro de extinción y las múltiples exploraciones de la naturaleza? Este artículo pretende desdibujar los límites establecidos de los conceptos hegemónicos de lengua y lenguaje explorando las presiones ideológicas que fusionan descriptivismo y prescriptivismo con intenciones de dominación local y global en la geopolítica depredadora que ha estado diezmando a las naciones indígenas. Tomando la inseparabilidad de los tratamientos de la logosfera de los resultados en la biosfera, se debaten temas como la instrumentalización de la ciencia lingüística occidental, la intensa objetivación del cosmos y las jaulas impuestas a las lenguas endémicas de Abya Yala. Juntos, también se debaten formas de



preservar las epistemologías originales de sus lenguas, posibles formas para que la ciencia redescubra la reverencia y lo sagrado de la vida con el pueblo de Abya Yala, y el cese de la glosófagia colonial.

PALABRAS CLAVE: Lenguas amenazadas. Logosfera. Glotofagia. Abya Yala. Lenguas indígenas.

1. Introdução

A ilustradora e autora Aline Valek (2020), em sua obra *Cidades Afundam em Dias Normais*, encanta uma história tecida entre fios de passado, futuro e um presente náufrago, onde uma cidade localizada no cerrado convive com seu armagedom. A artista pinta um quadro em textos e texturas onde o fim de um mundo é avassalador mas não instantâneo. As águas que engolem a cidade são uma força irrefreável e imbatível, mas não repentina. Brusco, mas não súbito.

Ao lidar com as dinâmicas das permeabilidades linguísticas imediatamente sou reconduzido a pensar que o fenômeno do desaparecimento de línguas, a despeito de ser parte natural da ciclicidade vital das línguas humanas, foi mutado pelo imperialismo/colonialismo em nosso Capitaloceno. Feito o rio descrito por Valek, a gradualidade mansa do processo não subtrai em nada a brutalidade das consequências cataclísmicas nas vidas, sempre iniciando dos mais desprotegidos.

Louis-Jean Calvet (1971) cunha o termo glotofagia na tentativa de explicitar a pulsão ocidental pelo altericídio. O tremendo impulso colonial desperto nas entranhas europeias e estadunidenses de levar a extinção e/ou submissão tudo que é o Outro, se desdobra nessa guerra de línguas, como denomina Calvet (1971). Esse predatismo glotofágico como a geopolítica clássica prevê, segundo Kandjimbo (2022), precisa ser combatido por meio de uma geopolítica crítica que se inunde das contranarrativas do eurocentrismo e na restauração de uma nova imaginação política.

O frio concreto no abafado dilúvio flutuante da poluição das megametrópoles, o inferno manufaturado entregue às imensidades constelares das florestânias, um falso sagrado entramado ao parasitismo, e a pobreza e proletarização imposta às milhares de humanidades e não-humanos



do mundo são podres desdobramentos da mesma raiz desta guerra das línguas. Na indissociabilidade destes fenômenos, seus enfrentamentos também devem ser indeligiáveis.

Neste artigo pretendo explicar a ampla e íntima conexão entre o comer a Terra e o comer línguas. Para isso o fluxo dessa correnteza virá a passar pela crítica da concepção hegemônica de língua e seu estudo; a condição do embate e invasão ontoepistêmica presente no conflito pelo apagamento das línguas dos colonizados. Logo em seguida discutiremos resoluções oficiais sobre a relação da preservação ambiental com a preservação linguística advindos da UNESCO e ONU; a episteme presente do Capitaloceno que gera e mantém as condições de ultraexploração dos viventes; e uma análise das baixas e consequências do que já se foi e está por ir. E para encontrar seu desaguar, a discussão alcança a presença de alternativas sistêmicas de vida, cosmopolítica e episteme pelo eixo do Sul Global, em especial nas nações originárias de Abya Yala e o recanto do reencanto.

2. Viventes e Falantes

A cientista Michaela Zemková (2018) em seu artigo *Emergence of living language: ontogeny–phylogeny framework and other parallels of linguistics and biology* estreita os laços dos objetos de estudo da biologia e linguística. Sendo parte do departamento de filosofia e história da ciência da universidade de Praga, uma ampla crítica é traçada a perspectiva da ciência moderna e contemporânea por sua tentativa de ser exaustivo na descrição de dados, assim caindo, ironicamente, em um reducionismo da integralidade do que se estuda.

O paralelismo constantemente aplicado por Zemková aponta que a tendência neodarwinista para a biologia e as fórmulas chomskianas para a linguística armam dicotomias abstratas que se distanciam de ambas as reais manifestações e integralidades de seus objetos de estudo no cosmos. Na busca de diminuir ao máximo os fenômenos vivos em sequências de códigos genéticos lineares, os organismos perdem sua unidade pela variabilidade de suas materialidades corpóreas (fenotípicas), em detrimento da estabilidade genotípica invisível e “incorpórea”. Entretanto, o próprio DNA, o código genético, não tem uma estrutura morfológica, ou seja corporal? (Zemková, 2018, p. 75). Da mesma maneira, toda intervenção de dismantelar a linguagem em polos como sua verdadeira estrutura inata e a performance individual; a capacidade e a realização; o genótipo e o fenótipo linguístico; demonstram o quão longe estamos de saber lidar com a língua vivente.



Sobre isso, a linguista Joana Plaza Pinto (2023) explica que o modelo cientificista da linguística do século XIX, ainda reproduzido hoje de maneira geral, precisou inventar a língua para estudar a língua. Os métodos programáticos e controlados se dedicavam na tentativa de alcançar um *corpus* de maior homogeneidade possível para assim entender o que a língua é, todavia para tal obra é necessário assumir a possibilidade de neutralidade das pessoas na correlação de homogeneidades. Buscaram-se variações diversas da língua, porém é fácil notar como para essa pesquisa já se precisa haver um conceito de língua padrão *a priori* para que desta se tenha variações. Assim, a língua foi projetada de uma realidade prescritiva para uma descritiva (para retornar a um papel prescritivo elitista e manipulador) comprometendo todo o processo de sua definição de forma autêntica e justa.

Sinfree Makoni (2003), linguista zimbabuano que lida com a mesma problemática sintetiza: “A própria noção de línguas como unidades distintas, ou ‘caixas’, é um produto do positivismo europeu reforçado pelo letramento e padronização” (2003, p. 141). Essa invenção da língua foi parte essencial também das estratégias de colonização do saber e do ser que advieram conjuntamente com a pulsão de amputar a natureza das humanidades e outorgá-la. Para Joana Plaza Pinto (2003) essa estratégia de invenção dos dogmas naturais das línguas serviu para criar um *efeito de língua*. Assim, instrumentos metalinguísticos como o dicionário e a gramática serviram para inventar o que uma língua podia ser pelo que uma língua devia ser (Harris, 1981; Errington, 2001).

Para Makoni e Mashiri (2007, p. 77) os dicionários da era colonial tiveram um papel de internalização de uma epistemologia europeia sobre quem eles eram e quem podiam ser, trazendo uma outra valoração sobre seus cosmos. A linguista Ana Lúcia Souza (2007, p. 140), em consonância, explica que o sequestro ideológico que a linguística trouxe para as nações indígenas desde a época das invasões jesuítas intentou “reduzir a profusão de sinais desconhecidos em códigos conhecidos, impondo sentido e controle sobre o que era visto como faltando ambos”.

Oferecer unicamente as gaiolas das letras emprestadas do ocidental alfabeto romano (que até na fonologia se projetou como universalizador!). Unicamente classes gramaticais representadas para representar e categorizar suas línguas e necessidades metafísicas. Tudo isso, me remete ao microconto que Galeano descreve a história relatada pelo pastor Miguel Brun em seu encontro



com uma nação indígena do Chaco paraguaio. Fora da mesma estratégia de terrorismo religioso os missionários haviam optado por uma prática dialógica e erística com o sereno e silente cacique. Após toda a propaganda de sua fé, aguardaram alguma resposta, e esta foi: “-Você coça. E coça bastante, e coça muito bem. E sentenciou: -Mas onde você coça não coça”. (Galeano, 2002, p. 18). Gosto profundamente de quando bell hooks (2008, p. 862) escreveu: “Mudar a maneira como nós pensamos sobre linguagem e como nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos”.

Ouçam uma parábola do que venho alertar: em verdade em verdade digo, eis que em uma poderosa vila se encantavam muitos e muitas com suas árvores, as apreciavam, cantavam sobre elas, as pintavam, se deliciavam com o fruto de seus galhos, com o ar de suas folhas e a sombra de sua copa. E em homenagem a elas, um dia, decidiram construir uma árvore que fosse de plástico. Uma emolduração imutável de uma árvore, para que fosse manipulada e obediente a quem quisesse. Com os anos e seus séculos as árvores de plástico cresciam, estas que não tinham outra idade que se não a adulta, que outras formas que se não a sua estática, que não sabiam abrigar vida alguma em si; e nisso as árvores vivas foram sumindo, se escondendo e desaparecendo. Mais séculos se passaram, a vila começou a fazer tratados com outras vilas, e propagar suas árvores plásticas, até mesmo impô-las onde bem quisessem para que os outros aprendessem seus gostos. Nisso a ciência da vila, tão estranha as árvores que há séculos não interessavam a mais ninguém, começaram a julgar o quão árvores uma árvore era pelo quão idêntica ou distinta era das árvores de plástico. E não satisfeitos, notavam que as árvores viventes, um dia tão simbióticas de quem foram, não passavam mais pelos crivos estabelecidos; e as outras vilas, tão diminutas perante a sua atual metrópole barulhenta e cinza, que tinham árvores viventes de todos os tamanhos, formatos, cores, cheiros, frutos, remédios e alegrias, eram unicamente a seus olhos imbecis que não sabiam o que era ter uma árvore de plástico, por tanto podaram todas a semelhança as de plástico, e as quais não se submetiam aos moldes, ou quebravam no processo, e eram erradicadas. Afirmo-vos, essas árvores são nossas línguas.

3. Epiderme e episteme



A pesquisadora linguística francesa Chanelle Dupuis (2019), em uma análise na revista *Amazônia Latitude: a revista das humanidades ambientais* sobre as políticas linguísticas relativas às línguas ameaçadas de extinção no Brasil e Equador, soa o alerta que: “Metade das sete mil línguas faladas hoje será extinta dentro de cinquenta a cem anos”. Há, sinceramente, uma dificuldade imensa em descrever a incomensurabilidade dessa tragédia para a pluralidade de humanidades, e como mais adiante trataremos para nossa relação com a biosfera.

As línguas endêmicas de Abya Yala foram predadas ou represadas por uma variedade de estratégias, pressões econômicas, imigrações invasivas, políticas linguísticas declaradamente eugenistas, normatizações educacionais, infantilização e primitivação de suas línguas, desmonte das epistemes estruturantes, etc. Todavia, o ramo em comum do qual adveio tais projetos continua a ser o colonialismo.

Para discutir a ponta do iceberg, Chenelle Dupuis (2019) escreve: “quando uma língua é perdida, há um vazio cultural onde conhecimentos valiosos são esquecidos. O desaparecimento de uma língua diminui a nossa compreensão científica de formas e formatos que a linguagem humana pode assumir”. Logo em seguida completa: “O conhecimento de plantas medicinais ou de espécies de aves, por exemplo, podem estar contidos em uma língua e se perder quando o sistema linguístico deixa de ser transmitido. Por fim, a língua é um direito humano” (Dupuis, 2019).

Nicholas Evans (2010), pesquisador australiano dedicado ao estudo de línguas aborígenes em extinção, em sua obra *Dying Words* abre sua magna pesquisa não com dados alarmantes, o que de fato tinha para preencher centenas de páginas, nem com a exuberância linguística que as línguas que ele estudava apresentavam, o que logo mais fez de forma magistral, porém foi com o relato da história de Pat Gabori e sua solitária e cansada existência como um dos últimos oito falantes de Kayardild. Sendo cego, Evans relata o quanto Pat amava manter o mundo que há quatro décadas viu pela última vez ainda vivo, quando ainda haviam mais que sabiam cantar sua língua consigo. O quanto amava falar dos lugares sagrados da Ilha de Bentinck, contos de caça, as intrincadas características das genealogias de seu povo, e como no meio das narrativas costumava começar a cantar. Mesmo sendo um profundo conhecedor das legislações de seu povo, com as quais argumentava com o governo Australiano, cada vez uma quantidade menor de pessoas podia entender suas histórias e suas palavras.



Ainda na introdução de sua obra, Evans conta a história do funeral de Charlie Wardaga, seu professor, o último conhecedor de muitas línguas de sua região, como Ilgar, língua do clan Magalara a qual pertencia. Além de outras línguas que com ele foram extintas, como: Garig, Manangkardi, e Marrku, e outras por enquanto ainda vivas como Iwaidja e Kunwindju. O linguista escreve com nítida dor: “Embora tivéssemos conseguido transferir uma pequena fração desse conhecimento para uma forma mais durável antes de sua morte, como gravações e notas de campo, nosso trabalho começou tarde demais”[2]. É relatado que, com seu falecimento, faleceram os topônimos de cada pedaço das praias, as fórmulas de persuasão para as tartarugas emergirem das águas, os versos evocativos do ciclo de canções da gaivota, o qual ele mesmo havia cantado em outros funerais, porém ninguém pôde cantar no seu. Movido pela “sensação de desespero com o que se perde quando uma linguagem tão magnífica se cala”[3], e pelo choque de ver “um momento da história em que todo o edifício acumulado de uma cultura oral repousa, invisível e inaudível, na memória do seu último testemunho vivo”[4], nos lembra que “Tal é a natureza distintiva de muitas destas línguas que, para certos enigmas da humanidade, apenas uma língua detém a chave”[5] (Evans, 2010, p. xviii)

Para cada língua, a complexidade da informação que precisamos de mapear é comparável à do genoma humano. Mas, ao contrário do genoma humano, ou dos produtos concretos do esforço humano que os arqueólogos estudam, as línguas parecem sem deixar vestígios físicos, excepto nos raros casos em que um sistema de escrita foi desenvolvido. Como estruturas discerníveis, elas existem apenas como sons ou movimentos fugazes. (...) Este livro trata de toda a gama do que perdemos quando as línguas morrem, da razão pela qual isso é importante e das questões e técnicas que melhor moldam a nossa resposta a este colapso iminente das formas humanas de conhecimento. Estas questões, creio eu, só poderão ser abordadas adequadamente se dermos ao estudo das línguas frágeis o seu devido lugar na grande narrativa das ideias humanas e nas histórias esquecidas de pessoas que caminharam com leveza pelo mundo, sem entregar as palavras à pedra ou ao pergaminho. E porque só podemos enfrentar este desafio através de esforços concertados por parte dos linguistas, das próprias comunidades e do público leigo, tentei escrever este livro de uma forma que fale a todos estes tipos de leitores. [6] (Evans, 2010, p. xviii, xix, nossa tradução)

Há muitas maneiras numéricas de explicitar a situação linguística devastadora dos povos originários incrustados no Sul Global. Dados da ONU, UNESCO, APIB, Indigenous People Rights International, FUNAI, ELP (Endangered Languages Project) e o site Ethnologue. Mas como o mestre Emicida (2019) disse: “números não mentem, mas números não sentem”. Cada língua tem em si



uma complexidade de informações a serem absorvidas comparável ao próprio genoma, todavia diferente do genoma, da arqueologia, as línguas (tirando os raríssimos casos das que desenvolveram técnicas de escrita) podem sumir sem deixar traço material algum para além de sons efêmeros e movimentos (Evans, 2010, p. xviii).

É preciso reiterar. As línguas de Abya Yala que se foram pesam em cada folha, pedra, rio, peixe, pássaro, raiz, musgo, jaguar, que ainda pulsam o pulso da vida.

Luisa Maffi, Michael Krauss e Akira Yamamoto (2001) desde a segunda conferência internacional sobre línguas ameaçadas em Kyoto já clamavam ao mundo que é indissociável a preservação da rede que conecta os seres vivos e seus ecossistemas, a biosfera, da logosfera. A palavra λόγος (*logos*) não intenta significar somente a fala e o discurso, mas o próprio conhecimento em si consubstancial a estes. Portanto, falar aqui sobre a logosfera é extensivamente significar a rede de expressões e manifestações fenomenológicas do conhecimento em si pela via ontológica das línguas.

A filósofa bell hooks (2008) apresenta em *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens* a língua como espaço disputa ontoepistêmica de domínio e violação quanto de resistência contra-hegemônica e o mais íntimo dos acolhimentos. Mignolo (2003), em congruente explicação, diz que a “ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem”, ela não tem a “mera” condição identitária/cultural, mas são a substância e ambiente de manifestação de todo saber, concluindo assim que “as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são”. O que as torna uma das armas principais da empreitada e manutenção do colonialismo.

Descobertas feitas pelo arqueólogo e professor brasileiro Eduardo Góes Neves (2022) causaram um abalo sísmico. Fruto de uma pesquisa de mais de 15 anos, Neves desmentiu a atroz falácia da ditadura que a Amazônia seria uma terra sem gente para uma gente sem terra. Após diversos estudos foi demonstrado que a floresta foi densamente habitada por cerca de 8 a 10 milhões de humanos por, no mínimo, 8 mil anos. E além disso, a floresta tropical mais rica em biodiversidade vegetal, fúngica e animal não existiria sem uma contribuição íntima da intelectualidade sofisticada de seus habitantes e guardiões. A Amazônia que conhecemos, esse intenso emaranhado de vidas é



resultado de práticas dos saberes indígenas que a cultivaram. Foi pelo trabalho com a natureza que estas nações modificaram as concentrações de espécies de árvores e a fertilidade dos solos.

Hoje, a devastação amazônica tem alterado os sistemas climáticos e pluviais da maior parte das regiões do país e da sulamérica. Como muitas vezes foi declarado, são os povos indígenas de Abya Yala e do Sul Global espalhados pelo globo que mantém preservadas as matas, que por sua parte mantém preservado o restante de espécies orgânicas e não-orgânicas do planeta. O preço a ser pago nessa empreitada (costumeiramente continua a ser) suas próprias vidas.

Não são mãos invisíveis que têm desmantelado o planeta, e muito menos qual episteme e sistema aderem.

“O capitaloceno é consequência da instauração de um regime de coisificação total do mundo. Entendem-se como “coisas” fenômenos que perduram e têm imagens estáticas.” (Amorim Filho, 2023, p. 107). (Lembram-se da parábola?). Mais adiante o mesmo autor escreve:

Coisas são perfeitamente aptas a se tornarem mercadorias. Os prédios e as montanhas são coisas, podem ser comprados e vendidos. Pode-se comprar um saco de gelo, mas quando ele virar poça, seu valor de mercado se esvai. No capitalismo, a degradação das coisas serve ao propósito de criação de novas coisas. A duração larga é descartada em nome da fabricação de novidades, uma lógica que, no limite, transforma tudo em lucro ou lixo. (Amorim Filho, 2023, p. 108)

Para Amorim Filho (2023), na epistemologia cultural estabelecida pelo capitalismo uma dicotomia cartesiana reina: o rasgo inconciliável entre o objeto / o estático / a coisa, e o sujeito / o dinâmico / o ser. Porém, o regime de coisificação torna essas binariedades paradoxalmente confundíveis contextualmente, pois não há âncoras que as estabeleçam numa posição ontologicamente imutável. Seres sempre estão passíveis de coisificação: a escravidão, os genocídios, a proletarização, a instrumentalização da morte animal, a natureza como matéria prima a ser mercantilizada. Os polos são incontornavelmente opostos, mas não são fixos. Isso, além de pela “episteme científica vigente, seres são apenas os “seres vivos”: uma árvore sim, mas uma pedra não” (Amorim Filho, 2023, p. 108)

E aqui um aporte essencial é feito, Viveiros de Castro (2015) apontou aspectos essenciais da cosmologia originária comum de Abya Yala, o perspectivismo e o multinaturalismo, que sem querer explicar a temática por respeito ao espaço e ao foco do artigo sintetizo em uma metafísica



amplamente distante do cartesianismo habitual, especialmente no que tange a escala de personitude distribuído cosmicamente entre todos os corpos, entendidos como “um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*, um *ethos*, um [...] feixe de afetos e capacidades” (Viveiros de Castro, 2015, p. 66). Para além ainda disso, como nossas línguas tão arraigadas em seus cartesianismos de substantivos e verbos, de coisificações e agências restritivas, poderia saber como traduzir essas centenas de línguas que em si manifestam essa outra maneira de pisar na terra em que se vive?

Preservar a logosfera de Abya Yala significa não domesticá-la e submetê-la a nossos interesses, pois nesse processo a reconstrução da biosfera dessa terra se recompõe selvagem e livre para nos despedir da “ditadura das coisas” e instaurar a “democracia dos seres”. (Amorim Filho, 2023, p. 108)

4. Florestar nossas estranhas entranhas.

A nação Mapuche, ao sul do atual Chile, costuma ser bilíngue alternando contextualmente os usos do espanhol chileno para o mapudungun. Entretanto, o que há de mais rico nessa relação de bilinguismo contextual são as maneiras de apreensão e intenção das diferentes naturezas ontológicas de cada língua. É altamente reprovável o uso de espanhol para situações, especialmente as ritualísticas, isso por que há em sua língua original uma coextensão e saturação indomável da força, *newen*, que constitui todos os seres que existem. (Course, 2012, p. 8, 9)

Em seu famoso artigo *The Birth of the Word*, Magnus Course (2012) que etnografou grande parte do cosmos mapuche retrata o ritual *ngillatun* e relata qual o caráter da sua linguagem na metafísica. Diferente da *winkadungun* (a fala / língua - *dungun* - dos brancos *winka*) sua língua é a própria *mapudungun* (a fala / língua - *dungun* - da própria terra - *mapu*). E nessa força, *newen*, que permeia e consubstancia tudo é “presença contínua, embora flutuante, da qual lugares, espíritos, animais, doenças, colheitas, deformidades, triunfos e derrotas podem ser exemplares”[7] (Course, 2012, p. 10), pois, como Ramón, indígena quechua explicou, *kom püle newengey mew* (tudo é *newen*), e assim outra quechua, María, o completa ao reiterar: *dungu niey newen* (a fala tem *newen*), por isso ela sempre ultrapassa o domínio de seu falante. O que não significa que ela esteja restrita ao uso acidental, e aqui mora o encanto, maldições, bençãos, pedidos de permissão aos



espíritos, e muito mais. Assim, falar não é algo se não a tentativa de alinhamento dos propósitos comunicativos e pragmáticos a essa força que não o pertence. A língua em si não teria personitude, mas uma ampla concentração de potencialidade. “Tanto o agricultor que semeia as suas colheitas como o locutor que enuncia as suas declarações procuram envolver-se, utilizar e canalizar a “força” das coisas, da terra e do potencial semiótico, permanecendo conscientes de que nem a fertilidade da terra nem o significado da fala está sempre totalmente sob seu controle” [8] (Course, 2012, p. 10).

Davi Kopenawa (2019) ao falar das epistemologias tradicionais yanomamis sendo ameaçadas pelo processo de invasão dos *napë* (brancos) também explica que é um conflito de “falas”. Isso se dá pois há uma relação intrínseca de a *Maxita-Urihi* (Terra-Floresta) e sua língua. Grande parte da obra “A Queda do Céu” dedica-se a explicitar a revoltante catástrofe que a infusão da episteme mercadológica que rege o pensamento/língua *napë* tem causado na vitalidade da floresta. A língua das mercadorias traz em si um modo de se estar no mundo que infere que tudo é lícito para o acúmulo de bens. Essa língua fere a língua da floresta, a língua ensinada por *Omama*, quem criou a floresta e os yanomamis, e os cânticos dos *xapiris* que protegem e curam a floresta e seus habitantes.

É curioso que o termo usado para relatar a língua dos brancos costumeiramente é língua fantasma registrada em desenhos tortos (Albert, Kopenawa, 2019, p. 77, 227, 353, 354). Essa língua branca injeta o vício por mercadorias ao mesmo tempo que projeta uma falsa presença, um modo de não-estar e não-ser com a floresta. Nesse esforço constante que a pressão externa os induz de se embrulhar em pano como os brancos, desprezarem as tradições de seus antigos e passam a entrar nessa zona de não-ser. Não-ser yanomami, não-ser branco, e assim entrar em uma aflição ontológica máxima, mais uma das formas de morrer inventadas pela colonização.

Outra relação diferenciada com as palavras e sua língua podem ser notadas na relação com os *xapiris* e sua língua, que assim como a língua yanoman é um presente de *Omama* para preservação da plenitude de seus seres e da floresta. Esses “espíritos” colhem seus cantos nas *amoa hi*, feitas por *Omama* são “árvores de línguas sábias” criadas “no primeiro tempo, para que os xapiri possam ir lá buscar suas palavras” (Albert; Kopenawa, 2019, p. 113). “Os cantos dos xapiri são tão numerosos quanto as folhas de palmeira paa hana que coletamos para cobrir o teto de nossas



casas, até mais do que todos os brancos reunidos. Por isso suas palavras são inesgotáveis” (Albert; Kopenawa, 2019, p. 114). Nisso podemos notar uma interconexão e interdependência da vitalidade da floresta, das árvores sagradas *amoa hi*, com a sustentação desses cantos dos espíritos que enchem a alma dos yanomamis. “Eles escutam essas árvores *amoa hi* com muita atenção. O som de suas palavras penetra neles e se fixa em seu pensamento. (...) . É assim que conseguem aprendê-los. Sem eles, não poderiam fazer sua dança de apresentação” (Albert; Kopenawa, 2019, p. 114). Dos *xapiris* vêm muita sabedoria e felicidade, assim como ensinamentos para o cuidado de toda a vida, assim a ganância contida e ensinada em nossa língua que coisifica entes ensinando que tudo é/pode ser/deveria ser mercadoria é de um perigo imensurável para a sanidade.

Há papéis e figuras de natureza muito divergente para cada língua que coexiste na atual realidade desse povo. Cada qual dessas é de uma ontologia própria e oferece uma dinâmica própria em seus contatos, mas o mais relevante é entender como suas epistemes não se caracterizam como modos de articulação própria de uma substância/objeto no mundo, mas como sendo a própria substância de si.

A pesquisadora Ana Quadros Gomes (2015) afirma que o campo ainda pouco conhecido, estudado e expandido das línguas originárias de Abya Yala tem vez após vez desfeito a universalidade de regras linguísticas tidas como inquestionáveis. Tais universais linguísticos teriam o intuito de perpetrar o que une todas as línguas que existem, em outras palavras o que as línguas “podem ser”, ao mesmo tempo que estabelece o que as línguas “devem ser”. E como Plaza Pinto (2023, p. 129) diz: “Os limites entre descritivismo e prescritivismo são obscuros quando os discursos hegemônicos sobre a língua portuguesa ficam incólumes e as categorias sociais usadas para sustentar os alegados critérios de cientificidade não são submetidas à crítica”. Leia-se aqui língua em vez de língua portuguesa.

Krenak (2021) escreveu:

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (Krenak, 2019, p. 23)



Sou obrigado a me questionar, no reflexo da narrativa de Aline Valek que abri este artigo, onde me encaixo? E a realidade me obriga a rasgar meu ego e afirmar, sou parte do rio que engole a cidade. Sou eu parte do vagaroso escaton.

A glotofagia e seu altericídio não é mais propagada em sua maior maresia como uma necessidade de ódio declarado.

Para o sociólogo argentino Walter Mignolo em territórios marcados pela experiência colonial existiria hoje uma «ética discursiva» neoliberal que argumenta em favor do reconhecimento da diferença e da inclusão do outro, com uma benevolência que sugere que aqueles a serem incluídos não têm muito a dizer sobre a forma como são reconhecidos e incluídos (MIGNOLO, 2008). A “tolerância à diversidade” restituiria a secular história de usurpações imputadas aos grupos hierarquicamente posicionados em condição de inferioridade. (Ponso, 2018, p. 1521)

É necessário, portanto, não mais uma “tolerância”, mas uma celebração e incentivo a existência plena, total e desimpedida do outro. Visando a língua enquanto lugar da mais íntima manifestação ontoepistêmica de um ser, toda discussão sobre autonomia e plenitude indígena precisa visar a natureza que sua língua é em toda essa gama de vida.

Os conhecimentos tão discutidos internacionalmente que podem ecoar em uma existência melhor para uma sociedade global em colapso não são meramente cognitivos, pragmáticos, prescritivos, normativos, mas advem de uma poética de vida. Para muitas partes da nação Guarani Mbya, isso se traduz em um verdadeiro *Tekoha*, “o lugar da vida onde se assenta o seu próprio modo de estar”, princípio esse que “é básica ao desdobramento de todas as demais manifestações culturais e transcende os limites formais estabelecidos no zoneamento do mapa político” (Martins, 2018, p. 212). Assim como o *Teko Porã*, princípio em comum com a nação kichwa, onde se é propagado politicamente como *Sumak Kawsay*. Bem Viver, não só buscar um bem-estar, mas uma forma de existência que vise a plenitude máxima da vida! E para isso, se articular uma língua que reconheça a vida de forma inalienável de onde a vida esta é mais que essencial. Tanto Alberto Acosta (2022), quanto diversos autoras e autores indígenas andinos na antologia *Sumak Kawsay* (2014), reiteram em centenas de páginas que precisamos cessar qualquer divisão entre nós e a Natureza, garantindo assim direitos inatos dela, impedir a continuação de princípios insustentáveis e autodestrutivos amalgamados em nossa língua e mentalidade como de desenvolvimento, permitir



encontrar o ponto de flexibilidade máxima entre a renovação natural e plena da vida e nossa interação com ela.

Em suma, aqui neste artigo, procuro chegar a conclusão de que a Vida corre perigo por conta de ideologias político-econômicas que se articulam a ideologias linguísticas. Para um reencanto da Vida, assim potencializando-a novamente ao seu máximo, se faz necessário de forma inescapável permitir ser com as línguas para além da estreita experiência da linguística clássica, promulgando assim um novo modo de coexistência confluencial dos pluriversos que essas línguas implicam.

Bibliografia

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2022.

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMORIM FILHO, P. Políticas polirrítmicas: o mundo é composto como música, mas não é uma sinfonia, *in*: Buzato, M. E. K.; Severo, C. G. (org.) . **Cosmopolítica e Linguagem**. São Paulo: Letraria, p. 96-114, 2023. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2023/07/Cosmopolitica-e-linguagem-Letraria.pdf>

CALVET, Jean-Louis. **Linguistique et Colonialisme, petit traité de glottophagie**. Paris: Payot, 1974.

DUPUIS, Chanelle. Falar é existir: o caso de línguas ameaçadas no Brasil e no Equador. **Amazônia Latitude: a revista das humanidades ambientais**, 9 de agosto de 2019. Artigos, Estudo de Campo. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/08/09/falar-e-existir-o-caso-de-linguas-ameacadas-no-brasil-e-no-equador/>. Acessado dia: 25 de janeiro de 2024.

EMICIDA. Mamilos ##222: Emicida em Amarelo, **Mamilos, B9**, 31 de outubro de 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4kt3FJE3Kr5zZCZ3a6SStS?si=59ef2720b7994e70>. Acessado em: 25 de janeiro de 2024.

ERRINGTON, J. Colonial Linguistics. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, p. 19-39, 2001.

EVANS, Nicholas. **Dying words: Endangered languages and what they have to tell us**. New Jersey, Wiley-Blackwell, 2009.



GALEANO, Eduardo. **O caçador de histórias.** (trad.) Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

GOMES, Ana Quadros. Línguas Indígenas Brasileiras: o novo campo de provas dos universais linguísticos. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 15, n. 1, p. 149-165, 2015.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. D. (org.) **Sumak Kawsay Yayay: Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay.** España: Huelva, 2014.

KANDJIMBO, Luís. Das rivalidades linguísticas à geopolítica crítica. **Jornal de Angola**, Luanda, 10 de julho de 2022. Opinião. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/das-rivalidades-linguisticas-a-geopolitica-critica/>. Acessado dia: 25 de janeiro de 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

HARRIS, R. **The Language Myth.** London: Duckworth, 1981.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Revista Estudos Feministas**, 16, 857-864, 2008.

VALEK, Aline. **Cidades afundam em dias normais.** São Paulo: Editora Rocco. 2020.

MAKONI, Sifree. From Misinvention to Disinvention of Language: Multilingualism and the South African Constitution, *in*: MAKONI, S. *et al* (org.). **Black Linguistics: Language, Society and Politics in Africa and the Americas.** New York: Routledge, pp. 132-151, 2003.

MAKONI, S.; MASHIRI, P. . Critical Historiography: Does Language Planning in Africa Need a Construct of Language as Part of its Theoretical Apparatus?, *in*: Makoni, S.; Pennycook, A. (orgs.). **Disinventing and Reconstituting Languages.** Clevedon: Multilingual Matters, pp. 62-89, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar.** (trad.) Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003.

PONSO, Leticia Cao. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 1512-1533, 2018.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.



ZEMKOVÁ, M. Emergence of living language: ontogeny–phylogeny framework and other parallels of linguistics and biology. **Linguistic Frontiers**, v. 1, n. 1, p. 74-79, 2018.

LATOURE, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 216 p. 2016.

PEREIRA, T. F. Estudos Multiespécies: uma breve análise da teoria e de suas aplicações. **Revista Ensaio**, p. 106-126, 2018.

TAKUÁ, Cristine. Seres criativos da floresta. **Cadernos Selvagem**, transcrito por Camila Vaz, publicação digital, Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2019.

TSING. Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Recebido em: 01/03/2024

Aceito em: 17/06/2024

[1] Mestre em Linguística pelo IEL/Unicamp. Pesquisador membro do grupo de pesquisas multiTÃO (Labjor-Unicamp). Email: gabriel.dgruber@gmail.com

[2] Do original: Although we had managed to transfer a small fraction of this knowledge into a more durable form before he died, as recordings and fieldnotes, our work had begun too late.

[3] Do original: sense of despair at what gets lost when such magnificent language fall silent

[4] Do original: a moment of history when the whole accumulated edifice of an oral culture rests, invisible and inaudible, in the memory of its last living witness

[5] Do original: Such is the distinctiveness of many of this languages that, for certain riddles of humanity, just one language holds the key

[6] Do original: For each language, the complexity of information we need to map is comparable to the human genome. But, unlike the human genome, or the concrete products of human endeavor that archaeologists study, languages perish without physical trace except in the rare cases where a writing system has been developed. As discernible structures, they only exist as fleeting sounds or movements. (...) This book is about the full gamut of what we lose when languages die, about why it matters, and about what questions and techniques best shape our response to this looming collapse of human ways of knowing. These questions, I believe, can only be addressed properly if we give the study of fragile languages its rightful place in the grand narrative of human ideas and the forgotten histories of



people who walked lightly through the world, without consigning words to stone or parchment. And because we can only meet this challenge through concerted efforts by linguists, the communities themselves, and the lay public, I have tried to write this book in a way that speaks to all these types of readers.

[7] Do original: continuous, albeit fluctuating, presence of which places, spirits, animals, illnesses, harvests, deformities, triumphs, and defeats may all be exemplars.

[8] Do original: Both the farmer sowing his crops and the speaker enunciating utterances seek to engage with, utilize, and channel the “force” of things, of the earth and of semiotic potential, while remaining aware that neither the fertility of the earth nor the meaning of speech is ever fully within their control